



## Um Olhar sobre o Grupo de Convivência como instrumento para a Inclusão Social do Idoso

Sueli Tavares Santana<sup>1</sup>; Karen Shirmene de Macêdo Garcia<sup>2</sup>; Regina Moraes da Silva Araújo<sup>3</sup>

**Resumo:** O aumento da população idosa nas últimas décadas vem ocorrendo a nível mundial, ocasionado por avanços na medicina, refletindo em queda nas taxas de natalidade e mortalidade, sendo alvo de estudos e preocupação, haja vista essa longevidade ter se tornado uma das expressões da questão social na atualidade. Este trabalho tem por objetivo retratar como se dá a socialização dos idosos participantes dos Grupos de Convivência dos Centros de Referência de Assistência Social. A metodologia utilizada foi através de uma pesquisa bibliográfica, buscou livros, sites, e artigos científicos, para o baseamento teórico. Nesse sentido, procuramos compreender esse fenômeno mundial que é o envelhecimento, enfatizando a necessidade de políticas públicas com respostas satisfatórias para os idosos.

**Palavras-chave:** Crescimento Populacional; Idoso; Socialização.

## A Look at the Coexistence Group as an Instrument for the Social Inclusion of the Elderly

**Abstract:** The increase in the elderly population in recent decades has been occurring worldwide, caused by advances in medicine, reflecting declines in birth and death rates, being the object of studies and concern, since this longevity has become one of the expressions of the social issue today. This paper aims to portray how the socialization of elderly people participating in the Coexistence Groups of the Reference Centers for Social Assistance takes place. The methodology used was through a bibliographical search, searched for books, websites, and scientific articles, for theoretical basis. In this sense, we seek to understand this worldwide phenomenon that is aging, emphasizing the need for public policies with satisfactory answers for the elderly.

**Keywords:** Population Growth; Elderly; Socialization.

### Introdução

Historicamente os idosos têm sido vítimas de preconceitos e discriminações, essas atitudes propiciam a exclusão social, e por vezes familiar, dos idosos. E cabe ao Estado manter o velho a salvo de atitudes que o põem a margem da sociedade e da família; haja visto que a Política Nacional do Idoso, criada em 1994, visa assegurar os direitos sociais a esse contingente populacional, antes desassistidos legalmente. O Estatuto do Idoso de 2003 vem

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela UNILEAO, 2014. Especialista pela FJN, 2016. suellyts@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social pela UNILEAO, 2014. Especialista pela FJN, 2016. Karen.shirmene@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Serviço Social pela UNILEAO, 2013. Especialista pela FJN, 2014. reginamoraissaraujo@hotmail.com



para fortalecer os direitos já garantidos na Política Nacional do Idoso, buscando promover ao idoso uma relação intergeracional.

A partir da análise e constatação da relevância do papel dos Centros de Referência de Assistência Social, por meio do grupo de convivência, para a efetivação da socialização dos idosos; bem como da atuação do Serviço Social no papel de educar e promover a cidadania plena desses indivíduos, busca-se evidenciar o quão importante são as atividades desenvolvidas no grupo, bem como mostrar o reflexo positivo disso na própria comunidade.

O objetivo é retratar como acontece a socialização dos idosos participantes dos grupos de convivência por meio das atividades desenvolvidas no referido espaço, sendo um ambiente que proporciona um convívio entre pessoas de uma mesma faixa etária com o propósito de retirá-los do isolamento, ou seja, um espaço que busca a inclusão social dos idosos.

Considerando isso, é necessário pontuar que o Serviço Social do Comércio (SESC) surge como pioneiro no que se refere a grupos de idosos como instrumento de participação social e, tempos depois, esses grupos são difundidos por todo o Brasil. Porém, é preciso salientar que esses grupos, por vezes, ainda realizam ações com viés caritativo e clientelista e, fazem com que direitos conquistados por essa parcela da população sejam vistos como favores. Os grupos de convivência para idosos objetivam promover o fortalecimento de vínculos familiares e sociais, proporcionando a socialização dos idosos através de atividades realizadas, evitando o isolamento.

Essa temática torna-se essencial por voltar-se para uma soma de indivíduos que vem crescendo de forma significativa, trazendo uma reflexão da importância de procurar medidas que busquem a concretização dos direitos que já lhes assistem, desde a inserção até a participação de forma holística na sociedade em que vivemos, dito de outra forma, é preciso fazê-los protagonistas de sua história. O artigo vai trazer reflexões acerca do envelhecimento, evidenciando esse processo como uma nova expressão da questão social na atualidade e, portanto, como um novo desafio para a sociedade, família e Estado.



## Conceituando e Contextualizando a Velhice

Conceituar o que é ser velho não é tarefa fácil, essa fase, para muitos, é representada como um período apenas de perdas e transformações negativas, na qual as pessoas passam a ter uma vida mais isolada. É preciso salientar que reduzir o que é ser idoso apenas à idade cronológica, sem levar em conta os aspectos biopsicossociais, bem como o ambiente onde cada indivíduo está inserido, é ter uma visão limitada e superficial dessa fase.

A Política Nacional do Idoso (PNI), (BRASIL, 2004), e o Estatuto do Idoso, (BRASIL, 2003), definem o idoso como pessoas com 60 anos ou mais. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS), define o idoso a partir da idade cronológica, portanto, idosa é aquela pessoa com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento, e com 65 anos ou mais em países desenvolvidos.

Nessa perspectiva, é preciso diferenciar os termos: “idoso” e “velho”. O primeiro termo diz respeito aquele de idade avançada, enquanto “velho” significa muito idoso, antigo, com muitos anos de existência. A sociedade sempre relacionou a palavra velho ao estigma da pobreza, do desgaste, do inútil. E na tentativa de mudar essa visão acerca desse público, aos poucos, o termo “velho” vem sendo trocado por termos “politicamente corretos”, ou seja por termos como idoso, idade feliz, melhor idade. O tema envelhecimento, conforme Zimerman, pode ser analisado da seguinte forma:

Envelhecer pressupõe alterações físicas, psicológicas e sociais no indivíduo. Tais alterações são naturais e gradativas. É importante salientar que essas transformações são gerais, podendo se verificar em idade mais precoce ou mais avançada, ou em maior ou menor grau, de acordo com as características genéticas de cada indivíduo e, principalmente com o modo de vida de cada um. A alimentação adequada, a prática de exercícios físicos, a exposição moderada ao sol, a estimulação mental, o controle do estresse, o apoio psicológico, a atitude positiva perante a vida e o envelhecimento são alguns fatores que podem retardar ou minimizar os efeitos da passagem do tempo. (ZIMERMAN, 2000, p.21)

Dessa forma, a mesma autora enfatiza que o velho apresenta alterações biopsicossociais como aparecimento de manchas de senilidade, surgem verrugas, a pele flácida, dificuldade de adaptação, baixa autoestima, perda de papel social, perda de parentes e amigos. Para entender melhor a definição do envelhecimento a Organização Pan-americana de Saúde(OPAS) afirma o seguinte:



Envelhecer é um processo sequencial, individual, acumulativo, irreversível, universal, não patológico, de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie de maneira que o tempo o torne menos capaz de fazer frente ao estresse do meio-ambiente e portanto aumente sua possibilidade de morte. (BRASIL, 2006a, p.34)

Ser velho faz parte do ciclo natural da vida do ser humano: nascer, se desenvolver, envelhecer e morrer. O processo do envelhecer é amplo e complexo, acontece de forma gradativa desde o nosso nascimento; e é vivido de forma diferenciada entre as pessoas. Para tanto, essa etapa da vida não deve ser vista apenas como um momento de declínio, mas de crescimento e aprendizagem. Aqueles que chegam a essa fase carregam anos acumulados e junto a esses anos inúmeras experiências de uma longa vida.

De acordo com Zimerman (2000, p. 28-29), “envelhecer é simplesmente passar para uma nova etapa de vida, que deve ser vivida de maneira mais positiva, saudável e feliz possível. É preciso investir na velhice.”

Compreende-se, então, a necessidade de estar atento ao velho, de fazê-lo se sentir útil, estimulando-o que esse se adapte às mudanças (físicas, patológicas e sociais) inerentes desse momento e proporcionando ao idoso sentir-se pertencente a algo, evitando, assim, o isolamento do mesmo.

Nesse sentido, o envelhecimento terá mais chance de acontecer sem traumas, fazendo com que o idoso mesmo com as perdas naturais desse momento continue tendo prazeres na vida. Essas perdas podem ser caracterizadas de diversas formas: a perda dos amigos (essa perda fortalece a ideia de que a morte está mais próxima), capacidade laborativa, da saúde e da juventude.

A sociedade caracteriza a velhice pela perda de memória, cansaço, fraqueza, entre outros. No entanto, segundo Schneider e Irigaray (2008, p.587), “pode-se inferir que não importa a quantidade de anos que o indivíduo tem, mas sim, o que ele fez com os anos vividos, e como a sociedade trata alguém com aquela idade.”

Para algumas pessoas ser velho é carregar consigo um acúmulo de experiência de muitos anos de vida, expressado em maturidade e liberdade para inovar na forma de viver e não ter toda a carga de responsabilidade de antes. Porém, só é possível encarar a velhice de forma leve e feliz se esta for uma ideia construída desde a infância, para que quando chegar



essa fase não haja temor, traumas e estresse, mas que seja um período de vivências e práticas prazerosas.

Se desde a infância esse período é encarado de modo a exaltar apenas as perdas, estes se constituíram velhos que se auto discriminarão, entendendo que são pessoas descartáveis, inúteis e que não podem acrescentar mais nada no mundo. Essa fase acarreta uma mudança na função social do idoso, devido o estigma da incapacidade imposto pela sociedade, onde segundo Beauvoir:

A não atribuição de uma função social, o que leva ao velho se sentir incapaz; as mudanças de função na sua convivência familiar, no seu trabalho e na sua sociedade, em geral, onde o velho deverá se adaptar a essas novas funções; a aposentadoria é outro fator importante que poderá levar o idoso a se isolar e deprimir, por talvez já se sentir descartável, impotente; juntamente com a perda da autonomia, independência, perdas sentimentais e até econômica; a falta de relacionamento com amigos, familiares e novos vínculos sociais e o enfrentamento de novos problemas como a violência, a distância, os problemas financeiros, os maus tratos, as doenças. (BEAUVOIR, 1990, p.38)

A velhice, por ser a última fase da vida, é dotada de apreensão e medo. Sendo assim, ao se chegar a essa etapa da vida subentende-se que a morte torna-se mais próxima, isso pode fazer com que esse período não seja vivido em sua plenitude. Contudo, é nessa fase que emergem as experiências e características próprias e peculiares daqueles que vivem mais.

Na atualidade a juventude é exaltada, baseada na ideia que essa fase carrega todo o vigor da vida, enquanto ser velho é sinônimo de fraqueza e cansaço. Diariamente, principalmente através da mídia, há a tentativa de reforçar a ideologia de que bonito é o jovem, que é forte.

Ao se pensar a velhice num patamar de comparação com a juventude estaremos desmerecendo e desqualificando as características próprias da velhice em virtude do enaltecimento das características da jovialidade, onde o velho acaba não sendo pensado de forma dissociada do jovem, sempre sendo relacionado a perdas e doenças.

O tema envelhecimento vem sendo alvo de estudos e questionamentos ultimamente, entretanto, desde o início da humanidade existem velhos, claro que antes os números de idosos eram menores. Contudo, para compreendermos a forma como o idoso é tratado atualmente é essencial fazermos uma viagem pelo tempo para conhecermos como o velho de antigamente era visto pela sociedade e pela família.



## A velhice

Durante todo o percurso histórico até chegar a contemporaneidade a velhice já foi vista de vários ângulos, bem como o lugar, a posição e a representação destinada ao velho se deram de forma diferenciada nos vários momentos históricos até os dias atuais. O envelhecimento humano sempre existiu, em outras palavras a velhice não é algo novo na nossa sociedade, o que é novo é a forma de ver essas pessoas, é a concepção do que é ser velho que vem sendo transformada. Por outro lado, também, não há como precisar historicamente, quando esse tema foi introduzido na sociedade.

Para entender melhor esse assunto é essencial percorrer alguns momentos históricos, entendendo que em cada momento desses o idoso desempenhou um papel diferente. Cabendo lembrar que nos primórdios da humanidade as pessoas viviam em cavernas e caçavam seu próprio alimento. Nesse período não havia construído nenhum laço familiar. Mais tarde quando os homens começaram a plantar e criar animais para se alimentarem é que começam a surgir o que hoje é a família, onde o patriarca era o superior e recebia a admiração dos demais membros do grupo.

[...]Já analisando grupos organizados, ocorreu a formação de sociedades, com estruturas mais sólidas, mantidas por um conjunto de normas e valores. Verifica-se aqui que a religião integra o meio social, concedendo ao velho um poder religioso que o torna detentor da sabedoria e dos poderes. (PALMA; SCHONS, 2000, apud SANTIN; BOROWSKI, 2008, p.142)

No momento histórico acima falado os velhos, mesmo que por meio da religião, estavam num patamar de respeito, no qual entendia-se que a experiência de vida os tornava mais sábios, uma espécie de guardadores do conhecimento.

O poder religioso assegurava aos velhos grandes privilégios, que o apresentavam como ser de grande importância, uma vez que era quem detinha o poder de guardar na memória e ensinar os ritos, danças e cantos para a celebração do canto. (PALMA; SCHONS, 2000, apud SANTIN; BOROWSKI, 2008, p.142)

As sociedades primitivas exaltavam a figura do velho porque através do conhecimento acumulado deste se garantia a continuidade das crenças e valores contidos naquela sociedade.



Ao longo do tempo o velho permaneceu com autoridade sobre os com menos idade, porém essa liderança já não se dava de forma homogênea, apenas os detentores de propriedades eram venerados pelos seus futuros herdeiros.

Na Roma Antiga, na época do paterfamílias, o velho assumia um papel essencial na sociedade, o de juiz dos destinos de seus familiares, ou seja, era venerado e poderoso por possuir propriedades rurais, autoridade sobre seus herdeiros e, muitas vezes, deter o poder social e econômico. (PALMA; SCHONS, 2000, apud SANTIN; BOROWSKI, 2008, p.143)

Na Roma Antiga o papel social do velho já não estava mais relacionado com o seu saber, porém com as propriedades que ele detinha; em outras palavras, o velho era respeitado não mais pelo que era, pela sua bagagem, mas por seu poder financeiro, então se o velho não tinha bens não teria o mesmo respeito.

No entanto, a mudança radical na forma de enxergar o velho só veio a acontecer juntamente com a Revolução Industrial, no final do século XVIII, visto que essa desencadeou o surgimento da máquina e de um sistema de exploração vigente até hoje, o capitalismo. “A partir de então, o prestígio e o apreço que antes os velhos detinham começam a se perder, ocorrendo a consequente desestruturação do esquema social no qual viviam.” (PALMA; SCHONS, 2000, apud SANTIN; BOROWSKI, 2008, p.143)

Com a implantação do capitalismo na sociedade os valores mudam, os bens materiais se tornam mais importantes do que as relações sociais, nesse sentido o velho é visto como improdutivo e nesse sistema econômico só tem importância o que é produtivo. Assim, os idosos pobres ficavam sob o cuidado de suas famílias e quando essas não tinham condições de os ajudar expulsava-os de casa, deixando-os abandonados ou em asilos. E a classe dominante nada fazia por eles, pois estava (não diferente da atualidade) mais preocupada em acumular riqueza do que atender aos anseios daquela parcela da população.

O modelo capitalista fez com que a velhice passasse a ocupar um lugar marginalizado na existência humana, na medida em que a individualidade já teria os seus potenciais evolutivos e perderia então o seu valor social. Desse modo, não tendo mais a possibilidade de produção de riqueza, a velhice perderia o seu valor simbólico. (MENDES; GUSMÃO; FARO; LEITE, 2005, p.424)



Durante o século XIX e início do século XX o capitalismo sofreu uma expansão e, em decorrência disso, ficou ainda mais fortalecido. Nesse contexto, os ideais da classe dominante de supervalorizar a produção, juntamente com o aumento das cidades foi desconstruindo o modelo antigo de família, cedendo lugar a industrialização.

Todas as alterações que ocorreram no século XIX foram recebidas pelo século XX com uma concentração ainda maior de estigma e desvalorização do velho. Com a velocidade da urbanização, a figura da família patriarcal desapareceu, dando lugar à industrialização. A preocupação com produção e a comercialização era cada vez maior. Os homens que detinham força física e o vigor eram supervalorizados, pois era deles que dependia a produção. (PALMA; SCHONS, 2000, apud SANTIN; BOROWSKI, 2008, p.143)

Nesse momento histórico o idoso já começa a ser estigmatizado como sinônimo de inutilidade, visto que não desempenha nenhum papel relevante na sociedade. Sua bagagem de conhecimento e sabedoria é descartada em detrimento do conhecimento técnico e científico que emergem junto à industrialização.

Nessa perspectiva:

A questão da exclusão do idoso está arraigada nas marcas do tempo. O desejo de viver por muito tempo sempre foi algo inerente e até inconsciente do ser humano, o que evita pensar na inevitável etapa do envelhecimento, tudo porque envelhecer tornou-se sinônimo de fim, de inutilidade, de dependência e de desuso. (SANTIN; BAROWSKI, 2008, p.146)

Com o direito à aposentadoria, conquistado no século XX, o velho começa a ser visto pelo Estado como um gasto a mais para seus cofres, visto que todos os meses recebem uma renda fixa, no entanto nada produzem para recebê-la. Ao longo dos anos o velho vem sendo alvo de discriminação e desrespeito, entretanto, nas últimas décadas tem sido avaliado o papel do idoso na sociedade, surgindo indagações de como estas pessoas idosas devem ser vistas e reivindicações para que o idoso fosse tratado de forma digna.

As mudanças no modo de tratar o velho se iniciam a nível mundial na década de 1960, a partir desse momento são introduzidas novas nomenclaturas para conceituar a velhice, sob argumentos de acabar com estigma negativo carregado por esse público. Dentre os novos termos, surgem as expressões como terceira idade, a inversão do termo velho por idoso, entre outros.



## Novos termos e novos olhares para os velhos

De acordo com Teixeira (2008, p.112) “a expressão “terceira idade” surge no final dos anos de 1960, na França, a fim de fazer emergir uma nova realidade de velhice, dissociada da miséria, doença e decadência, porém relacionada a um tempo de lazer e com novos valores coletivos.” O surgimento do termo terceira idade foi legitimado na década de 1980, designando pessoas com maturidade e idosos, enquanto o termo velho é associado a invalidez e pobreza.

Tudo isso numa tentativa de modernizar a velhice e de negar essa fase natural da vida. E porque não dizer que essa mudança de termo vem a fortalecer uma tendência crescente na sociedade capitalista, a do culto a juventude, restando ao idoso ficar à margem da sociedade.

Terceira idade é então, a nova fase da vida entre a aposentadoria e o envelhecimento, caracterizada por um envelhecimento ativo e independente, voltado para integração e autogestão. Constitui um segmento geracional dentro do universo de pessoas consideradas idosas, ou seja, são os “velhos jovens” com idade entre sessenta e oitenta anos. Já os idosos com mais de oitenta anos passaram a compor a Quarta Idade, os “velhos, velhos”, essa sim identificada, como a imagem tradicional da velhice. (RODRIGUES; SOARES, 2006, p.08)

Nesse momento, é identificada a necessidade de elaborar políticas públicas voltadas aos idosos, e aos poucos foi incorporada ao Estado, além da família, a responsabilidade para com os velhos. O Estado deve proporcionar ao idoso um ambiente saudável, que o estimule a viver melhor, a produzir e se sentirem úteis. Sendo notório que o envelhecimento é um processo que engloba não somente o idoso e sua família, mas também o Estado e a sociedade.

E junto com essas novas concepções acerca da velhice no século XX a gerontologia surge como uma área para estudar o envelhecimento, bem como os aspectos que estão relacionados a essa fase da vida. O idoso passará a ser analisado nas várias dimensões e o envelhecimento será avaliado no que diz respeito as perdas inerentes desse período.

A Gerontologia Social analisa o idoso de forma macroscópica, e não de maneira fragmentada ou superficial. Esse olhar minucioso faz com que esse profissional analise as particularidades de cada problema do idoso. A velhice sempre, desde civilizações antigas, é alvo de estudos, numa busca incessante pela eterna juventude e pela imortalidade, e como



efeito dessa procura ou da tentativa de negar ou encobrir essa fase da vida o termo terceira idade surge e, atualmente, indústrias de rejuvenescimento vendem praticamente a promessa de juventude eterna, se não em aparências, ainda em ações.

Há de se considerar que a população idosa é heterogênea, no que tange as condições socioeconômicas, isso vem a consolidar formas diferentes de viver a velhice, e nessa etapa da vida a desigualdade social torna-se mais latente para os idosos pertencentes a classe trabalhadora. Nesse sentido, Teixeira discorre o seguinte:

O fato de que há idosos em diferentes camadas, segmentos e classes sociais, que eles vivem o envelhecimento de forma diferente e, principalmente, de que para os trabalhadores envelhecidos que essa etapa da vida evidencia a reprodução e a ampliação das desigualdades sociais, constituindo o envelhecimento do trabalhador uma das expressões da questão social na sociedade capitalista. (TEIXEIRA, 2008, p.41)

Além das particularidades na forma de envelhecer de cada idoso, existem as diferenças que uma fração dessa população carregou durante toda a vida, a de constituir uma classe que é explorada. “São duas categorias de velhos (uma extremamente vasta, e outra reduzida a uma pequena minoria) que a oposição entre exploradores e explorados cria.”(TEIXEIRA, 2008, p.77)

O Brasil está caminhando para se tornar um país de velhos, pesquisas comprovam que a vida dos brasileiros está tendo cada vez mais longevidade. Mas, será que os idosos de hoje têm os mesmos valores e ideais de idosos do passado? Bom, o que podemos afirmar é que o estilo de vida dos velhos atuais difere cada vez mais dos idosos de outras épocas. Essas mudanças acontecem juntamente com mudanças societárias e familiares.

## O velho na contemporaneidade

O aumento populacional de idosos é um fenômeno que está acontecendo em escala mundial, inclusive no nosso país, isso se deve a vários fatores, tais como: o desenvolvimento da tecnologia, os avanços da medicina, a urbanização e a queda nas taxas de natalidade e mortalidade. A Organização das Nações Unidas(ONU) considera o período de 1975 a 2025 como a Era do Envelhecimento e isso não se refere a indivíduos ou a gerações, mas a



mudança da estrutura etária da população. Seremos um país de velhos, e isso propiciará uma mudança econômica e social do Brasil.

A longevidade ainda tende a ser acompanhada por doenças crônicas e/ou degenerativas, advindas da fragilidade do corpo e da rede social. Por outro lado, os discursos sobre o “envelhecimento ativo” e a “capacidade funcional” [...], surgem como candidatos a novos paradigmas para tentar reverter a antiga associação entre velhice e doença. (BARBIERI, 2012, p.116)

Segundo o IBGE (2011), a população com essa faixa etária deve passar de 14,9 milhões (7,4% do total), em 2013, para 58,4 milhões (26,7% do total), em 2060. No período, a expectativa média de vida do brasileiro deve aumentar dos atuais 75 anos para 81 anos. De acordo com o IBGE, as mulheres continuarão vivendo mais do que os homens. Em 2060, a expectativa de vida delas será de 84,4 anos, contra 78,03 dos homens. Hoje, elas vivem, em média, até os 78,5 anos, enquanto eles até os 71,5 anos. Perante esses dados torna-se evidente a necessidade de construção de um novo olhar para essa parcela da população, no sentido de promover um envelhecimento mais ativo e saudável.

Um dos segmentos que passaram a olhar o idoso por outro ângulo é o mercado capitalista que passa a desenvolver novos serviços e produtos destinados para esse público que tem uma renda fixa, ativando o consumismo dos velhos para coisas, que muitas vezes, não são essenciais para suas vidas.

Entre os idosos da atualidade podemos pontuar algumas mudanças na forma de viver, tais como: viajar, fazer novas amizades. Para o velho de hoje a aposentadoria não significa mais um momento de ficar quieto, mas de incorporar atividades de lazer ao seu cotidiano. Isso tudo sob o discurso de uma velhice saudável e ativa.

É colocado para consumo, a disposição desse segmento, todo um arsenal de produtos e serviços para mascarar envelhecimento. Clínicas e academias de rejuvenescimento, dietas, medicamentos, cosméticos, cirurgias plásticas, livros de auto ajuda e toda a sorte de artifícios que prometem não só adiar o envelhecimento, como também a eternização da juventude. (RODRIGUES; SOARES, 2006, p.10)

É preciso salientar que o lazer não é acessível a todos, pois, como nas outras fases da vida, nesta também há uma barreira entre os que detém poder aquisitivo e entre a classe mais vulnerável. Dessa forma, torna-se latente a exclusão social, também, nesse período. Nessa



perspectiva, a mídia também vem a reforçar essa imagem de um idoso mais preocupado com a saúde, que realiza atividades antes não exercidas. Procurando afastar a visão de um idoso doente.

É evidente que essas culturas do rejuvenescimento do velho introduziram novos comportamentos positivos à vida dessa população, para tanto tem interesses capitalistas por trás dessas mudanças, visto que, como já mencionado, o idoso na atualidade surge como um novo mercado para a classe dominante. O fato é que apenas uma minoria dos idosos tem acesso ao lazer devido em sua grande maioria ter um poder econômico reduzido e o Estado que deveria oferecer esse serviço deixa-o a cargo de empresas privadas.

O termo terceira idade, de certa forma, tende a homogeneizar os idosos, desconsiderando que a desigualdade social existente em outras fases da vida também se estende para esse período, não levando em conta as particularidades de cada indivíduo. O crescimento do número de pessoas idosas no século XXI torna-se mais um dos elementos da questão social, se pondo como um novo desafio social e político para o Estado, ou seja, impõe-se a necessidade de criar políticas sociais destinadas a esse público. A sociedade e a família também têm o desafio de aprender a lidar com os velhos para que essa longevidade de anos possa vir acompanhada de uma boa qualidade de vida.

## **A família e o idoso**

Hoje em dia, após as transformações sociais e culturais que têm vindo a ser observadas ao longo do tempo, sabemos que o conceito de família se mantém válido, mas foi profundamente transformado. Assim, a família inclui os familiares mais alargados com quem estabelecemos laços afetivos fortes e também pessoas que, mesmo com quem não temos laços de sangue, desempenham algum papel no nosso contexto familiar.

Assim para Moragas (1997, apud Alcântara, 2003, p.09), “o cuidado com a geração velha é atribuído ao longo da história, aos descendentes, ou seja, a família tem como responsabilidade satisfazer inúmeras necessidades, sejam elas físicas, psíquicas e sociais.”

Entretanto, a imagem do idoso na sociedade capitalista passa por profundas alterações. Se antes o idoso era visto com respeito e o seu papel na sociedade era determinante, no



aconselhamento e decisão sobre matérias importantes, hoje em dia, numa sociedade capitalista, na qual a produtividade e o individualismo são valorizados de forma exacerbada, e o envelhecimento é visto, por vezes, apenas como um conjunto de perdas de capacidades, reduzindo o velho a um fardo para a sociedade, especialmente à família.

É preciso enfatizar que a velhice é um processo que provoca grandes alterações na autoestima e autoimagem destas pessoas, que deixam não só de ser valorizadas pela sociedade, como passam também a necessitar do apoio familiar. O idoso precisa se sentir pertencente a sua família, incluído na mesma.

Neste contexto, o papel da família, enquanto porto seguro do idoso acontece mediante a valorização dos seus conhecimentos, opiniões e aconselhamentos. É fazê-lo entender, que mesmo nessa faixa etária, continua a ser importante para a família, já que por vezes é excluído da sociedade. Deve-se afastar a ideia de que a velhice é uma fase exclusivamente de perdas de papéis, dentre eles, o papel de criar os filhos. E cabe aos parentes exercer a função de fazer o idoso viver de forma mais leve esse momento.

Contudo, como o Estatuto do Idoso ressalta no seu texto, é obrigação da família, dentre outros, amparar e cuidar do idoso, sendo que esta deve ser o ponto de apoio dessa faixa etária. Mas, na atualidade está acontecendo o inverso, a família tem deixado seus velhos sob o cuidado de terceiros (instituições como abrigos e asilos).

No parágrafo único, inciso V ressalta-se o seguinte: “priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.” (BRASIL, 2003)

Não deixando de mencionar, que por vezes, esse público é vítima de violência pela família, aquela que deveria protegê-lo, ferindo o Art. 4º do Estatuto do Idoso: “Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.” (BRASIL, 2003)

Há outra constatação nessa relação família-idoso, é que na contemporaneidade, uma grande parcela de idosos provê o sustento dos seus familiares, já que, em sua maioria, possuem uma renda mensal fixa. Quando essa renda deveria ser utilizada para proporcionar uma velhice com mais qualidade de vida e tranquilidade. Conforme Alcântara (2003, p.14),



“sua aposentadoria ou pensão é uma renda fixa e de fundamental importância na redução do grau de pobreza, que assegura o sustento da casa e do filho adulto, principalmente quando sobrecarregado de desemprego, crise conjugal e doenças.”

Diante de todo o assunto abordado, podemos perceber que a família é essencial para o que o idoso possa viver essa fase em sua plenitude, essa população carece do amor e do amparo da família, lembrando que a exclusão social pode ter início em meio a convivência com os próprios parentes. E se é para fazer com que o idoso sinta-se parte integrante da sociedade, e para que esse processo seja eficiente, é imprescindível que tenha início na família.

### **As Políticas Sociais destinadas aos Idosos**

A conquista de novos papéis e novos espaços para os idosos no nosso país está atrelada ao processo de transição demográfica que evidencia um fenômeno a nível mundial. A sociedade, ainda que não inteiramente, passa a enxergar o idoso como sujeito de direitos, podendo se organizar politicamente, a fim de reivindicar seus direitos. A Constituição Federal de 1988 veio trazer elementos que asseguram direitos sociais aos idosos, ainda que de forma bem tímida, mas tidos como precursores de um maior amparo a essa população, onde novas iniciativas seriam desenvolvidas nas décadas seguintes.

Nessa perspectiva o velho vem a compor um desafio para o Estado, referente a políticas públicas que contemplem essa faixa etária populacional. Isso estende-se, também a família e a sociedade que precisa compreender e respeitar esse processo. “Assim é que se explicam as orientações gerontológicas e as organizações internacionais como ONU e OMS na condução de políticas dirigidas aos idosos, no sentido de serem responsabilidade do Estado, da sociedade civil e da família.” (TEIXEIRA,2008, p.119)

Desde o final do século passado o processo de envelhecimento tem recebido um novo caráter, no que se refere as formas de intervenção, onde foram levados em conta fatores demográficos, fatores relacionados a previdência e a áreas de saúde e social. “[...]implica uma nova imagem do envelhecimento como recurso para a sociedade e familiares, potencializando o idoso através de ações preventivas, educativas e de lazer[...].” (TEIXEIRA,2008, p.183)



Em 1993, com a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, regulamentando os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, definindo “a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado”, garantindo ao idoso em vulnerabilidade social, não contribuinte da Previdência Social, acima de 65 anos e sem meios de sustentar-se, o Benefício de Prestação Continuada(BPC), substituindo a antiga Renda Mensal Vitalícia(RMV).

Como destacado anteriormente o Estado se manifesta no que diz respeito a proteger o idoso financeiramente que durante sua vida não foi contribuinte da Previdência Social, assegurando que este venha a ter uma velhice segura e tranquila. Entretanto, o aumento de idosos em nosso país, atualmente, é visto como um problema social, já que para o capital esse público é improdutivo, sendo que a alternativa é construir políticas sociais que respondam à essa manifestação da questão social.

A Política Nacional do Idoso(PNI), Lei nº8.842, decretada em1994, tem como objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, para assim promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, tal Lei veio a visualizar a preocupação que o Estado passava a dispensar aos idosos, dito de outra forma, a partir desse momento a população que envelhece passou a ser vista, ainda que de forma parcial, em suas particularidades.

A PNI no seu Art. 3º estabelece:

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo a sua dignidade, bem-estar e direito à vida; o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas por meio desta política; o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza. (BRASIL,1994)

Vê-se a necessidade das três esferas governamentais, cada qual na sua particularidade, assegurar ao idoso uma velhice participativa, inclusiva, com o devido respeito as peculiaridades dessa fase da vida. Para tanto, a PNI não veio a ser de fato efetivada e para garantir os direitos sociais a população que envelhece foi necessário a afirmação de mais uma Lei que viesse a garantir ao idoso seu direito de cidadão e políticas públicas que lhe contemplassem.



E como representação da construção de políticas públicas para essa população o Estatuto do Idoso(2003), Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 vem a objetivar promoção da inclusão social e garantir os direitos desses cidadãos uma vez que essa parcela da população brasileira se encontra desprotegida, apesar das estatísticas indicarem a importância de políticas públicas devido ao grande número de pessoas com mais de 60 anos no Brasil.

Dito isso, a Constituição Federal de 1988, a PNI, 1994; bem como o Estatuto do Idoso, 2003, coloca o idoso num patamar de merecedor de cuidados e proteção, seja pela sociedade ou Estado; e a partir dessas conquistas cria-se um novo olhar para essa faixa etária, onde o idoso deixa seu antigo posto de submissão por um lugar de escolhas, tornando-se protagonista de sua história.

No entanto, como as demais políticas geradas antes e depois do advento neoliberalismo, esta, apesar de consequência da organização e mobilização da sociedade na busca por direitos, tem a tendência de sofrer a desresponsabilização do Estado, ou seja, é mais um direito conquistado pela sociedade que sofre um retrocesso em sua efetivação. Contudo, o Estatuto do Idoso, mesmo que longe da sua perfeição, é um instrumento de fiscalização e viabilização de direitos. Dentre os desafios para o país em relação a esse público estão a habitação, saúde, transporte, cultura, entre outros. Configurando o idoso como mais um personagem da desigualdade social no Brasil.

[...]o fato de que há idosos em diferentes camadas, segmentos e classes sociais, que eles vivem o envelhecimento de forma diferente e, principalmente, de que é para os trabalhadores envelhecidos que essa etapa evidencia a reprodução e ampliação das desigualdades sociais, constituindo o envelhecimento do trabalhador uma das expressões da questão social na sociedade capitalista[...]. (TEIXEIRA,2008, p.41)

O próprio Estatuto do Idoso já assegura ao velho o transporte gratuito, e em viagens intermunicipais com redução de 50% de desconto no valor da passagem, mas muitos ainda desrespeitam esse direito. Além da pequena divulgação de direitos como o de pagar meia entrada em espaços de cultura. E ainda da dispensação de medicamentos de uso contínuo como os de combate a hipertensão arterial e diabetes gratuitamente nas Farmácias Populares e outros com descontos variáveis.

O fato é que apesar da existência do Estatuto do Idoso há dez anos os direitos inerentes aos velhos que o constituem ainda não são amplamente divulgados e muito menos efetivados



de forma satisfatória. Isso mostra uma fragilidade da Lei, sendo que muitas vezes os idosos não requerem um direito porque nem sabem que o tem.

Nessa perspectiva de trazer o idoso da margem para uma posição de honra perante a sociedade, sendo percebido em um contexto amplo (em seus aspectos biopsicossociais e espirituais), e não apenas direcionados a problemas patológicos o Ministério da Saúde (MS) aprovou a Portaria N°2.528 de 19 de outubro de 2006, aprovando a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI).

A população idosa desde a Constituição de 1988 tem políticas que lhes assistem de forma ampla, que visam proteger os velhos e resgatar a dignidade e a cidadania desse público. Contudo, as medidas criadas não são efetivadas com excelência, deixando os idosos, em muitos casos, desamparados pelo Estado. Outro fator que tange a não concretização das políticas sociais voltadas para os idosos, como citado anteriormente foi a do projeto neoliberal no Brasil na década de 1990, esse fato veio a frear direitos garantidos já na Constituição Federal de 1988.

No entanto, nos anos 2000, a assistência social tem um significativo avanço, repercutindo na criação de novos serviços para faixas etárias específicas, dentre elas os idosos. No sentido de fazer o idoso resgatar o papel social, bem como se sentir parte da sociedade o Centro de Referência da Assistência Social, seguindo a Tipificação Nacional dos Serviços Sociassistenciais, oferece aos idosos serviços através do Grupo de Convivência, onde são desenvolvidas diversas atividades com a perspectiva de favorecer a socialização desse público.

## Conclusões Finais

A velhice é uma fase da vida cercada de anseios, de perdas e de medos; a qual ao longo da história já foi caracterizada e tratada de várias formas. Em civilizações antigas o velho recebia um tratamento respeitoso por ser visto como sábio perante aos demais. Ao longo da história esse pensamento foi se modificando, sendo que a grande transformação na forma de tratar o velho só veio a acontecer com o surgimento da industrialização. Nesse



período o idoso, devido a sua improdutividade, no contexto capitalista, começa a ser estigmatizado como sinônimo de inutilidade.

A preocupação em construir políticas voltadas para esse público surge na década de 1960 a nível mundial, a partir da constatação do aumento populacional dos idosos. Tornando-se necessário modificar a maneira como se olha o velho, é imprescindível vê-lo de forma ampla, considerando os aspectos biopsicossociais, buscando promover um envelhecimento ativo e saudável.

No Brasil a proteção ao idoso, na perspectiva de direitos sociais, só veio a se consolidar com a Constituição Federal de 1988. Desde esse momento histórico torna-se essencial o trabalho do assistente social no intuito de assegurar os direitos conquistados por essa parcela da população, visando proporcionar aos velhos uma vida mais digna. Desde os primeiros direitos sociais conquistados pelos idosos até os dias atuais outras políticas sociais foram criadas para atender as necessidades dos velhos, tais como: o Estatuto do Idoso, a Política Nacional do Idoso e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.

Para tanto, é relevante considerar que mesmo com todas essas políticas criadas para proporcionar uma melhor qualidade de vida aos idosos, estes ainda são tratados de forma discriminatória, deixados à margem da sociedade e, por vezes da família. A implementação das políticas mencionadas acima não se dá de forma ampla, portanto, o direito conquistado, muitas vezes, é negado ao velho.

É necessário considerar que o papel do assistente social é essencial no que concerne à prática educativa acerca dos direitos sociais, e nesse caso é fundamental que os idosos conheçam seus direitos para que possam reivindicá-los, evitando, assim, que tais direitos sejam negados. Onde é imprescindível que a participação dos idosos no Grupo de Convivência possa contribuir para que os mesmos sejam informados acerca de seus direitos, para que assim possam reivindicá-los e se tornarem protagonistas da sua própria história.

Um entrave para que o idoso tenha uma velhice feliz é a exclusão social tão típica nessa fase da vida. Nessa perspectiva, os Grupos de Convivência para Idosos são fundamentais para trazer os idosos ao seio da sociedade a partir das atividades desenvolvidas. Os encontros favorecem não apenas a socialização dos idosos, mas a socialização de informações e direitos sociais.



Sendo relevante concluir é que apesar da existência das políticas sociais direcionadas para a população idosa, quando se trata do cumprimento dessas políticas o resultado não é nada animador. O que nos leva a pensar que de nada adianta tantas políticas existentes se estas não forem efetivadas. As políticas destinadas aos idosos, em sua maioria, são desconhecidas do referido público, onde, o CRAS passa a ser um espaço privilegiado de socialização de informações.

Porém, a busca de incluir os idosos na sociedade não deve ser tarefa exclusiva dos Grupos de Convivência, essa inclusão deve ser iniciada no núcleo familiar. Sendo assim, é preciso consolidar a responsabilidade que o Estado, sociedade e família têm de proteger o idoso e de respeitar essa fase da vida dotada de conhecimento e sabedoria.

## Referências

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos institucionalizados e família:** entre abafos e desabafos. Campinas: Faculdade de Educação- UNICAMP (Dissertação de Mestrado em Gerontologia), 2003.

BARBIERI, Natália Alves. Velhice: melhor idade? **O Mundo da saúde**, São Paulo, 36(1): 116-119, fev., 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília- DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)> Acesso em: 02 out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional do Idoso**. Brasília, DF: 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm)> Acesso em: 05 out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do idoso**. Brasília, DF: 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm)> Acesso em: 04 out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, DF: 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.html)> Acesso em: 24 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Organização Pan- Americana de saúde. **Envelhecimento:** política de saúde. Brasília-DF, 2006a.



\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília, DF:2006b. Disponível em:<<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/2528%20aprova%20a%20politica%20nacional%20de%20saude%20da%20pessoa%20idosa.pdf>> Acesso em: 01 out. 2013.

IBGE. **Censo 2000**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 10 out. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem populacional e projeções demográficas preliminares 2011**. Disponível em: < <http://www.datasus.gov.br/cgi.html>> Acesso em: 10 out. 2013.

MENDES, Márcia R.S.S. Barbosa; GUSMÃO, Josiane Lima de; FARO, Ana Cristina Mancussi e; LEITE, Rita de Cássia Burgos de O. A situação social dos idosos no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paul Enferm**. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo- USP (Trabalho apresentado à disciplina “A Reabilitação na saúde do adulto e do idoso” do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem na Saúde do Adulto (PROESA), 18(4): 422-6, fev., 2005.

RODRIGUES, Lizete de Sousa; SOARES, Geraldo Antônio. Velho, idoso, e terceira idade na sociedade contemporânea. **Revista Ágora Vitória**, n. 4, p.1-29, 2006.

SANTIN, Janaína Rigo; BOROWSKI, Marina Zancanaro. O idoso e o princípio constitucional da dignidade humana. **RBCEH**, Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, v. 5, n. 1, p.141-153, jan./jun. 2008.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de psicologia**, Campinas, 25(4) 585-593, outubro-dezembro, 2008.

TEXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice**: aspectos biopsicosociais. São Paulo: Artmed, 2000.

.



#### Como citar este artigo (Formato ABNT):

SANTANA, Sueli T.; GARCIA, Karen S. de M.; ARAÚJO, Regina M. da S. Um Olhar sobre o Grupo de Convivência como instrumento para a Inclusão Social do Idoso. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, 2017, vol.11, n.37, p. 598-617. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 26.06.2017

Aceito: 08.07.2017